

SUBCOMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO MÁRMORE E GRANITO

REGIMENTO INTERNO

Art. 1º A SUBCOMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO SETOR DE MÁRMORE E GRANITO - SPNMG - criada no âmbito da COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO SETOR MINERAL - CPNM, tem o objetivo de acompanhar a implementação das disposições contidas na Norma Regulamentadora NR 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, nas empresas do setor de mármore e granito.

Art. 2º A SPNMG é composta de:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

- 2 (dois) titulares e dois suplentes sendo, sendo um titular e um suplente, indicados pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST e um titular e respectivo suplente indicado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM;

- 1 (um) representante da bancada de governo na CPNM.

REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES:

- 2 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes;

- 1 (um) representante da bancada dos empregadores na CPNM.

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES:

- 2 (dois) representantes titulares e seus respectivos suplentes;

- 1 (um) representante da bancada dos trabalhadores na CPNM.

§ 1º A Subcomissão poderá contar com a colaboração de representantes de outras entidades, ouvidas as diversas representações.

§ 2º O Ministério Público do Trabalho comporá a Subcomissão como observador, tendo direito a voz.

§ 3º As representações poderão ser acompanhadas por até dois assessores por até 2 (dois) assessores técnicos, sendo-lhes facultado o uso da palavra, desde que de comum acordo entre os membros da Subcomissão.

Art. 3º O Coordenador da SPNMG será indicado, entre os representantes do governo, pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, através do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.

Art. 4º A SPNMG terá pelo menos uma reunião ordinária bimestral, destinada a analisar o trabalho desenvolvido no período anterior e traçar diretrizes para o bimestre seguinte.

Art. 5º A SPNMG pode ser convocada extraordinariamente por quaisquer de suas representações, com antecedência mínima de trinta dias através de sua Coordenação, conforme previsto no artigo 10.

§ 1º A Representação proponente deverá apresentar à Coordenação, para conhecimento e aprovação, os assuntos de pauta propostos.

§ 2º A Coordenação deverá, em até 5 (cinco) dias, encaminhar a proposta de reunião extraordinária e os itens de pauta às demais representações para conhecimento e anuência.

§ 3º No prazo de até 10 (dez) dias, as representações deverão confirmar sua presença na reunião, podendo sugerir a inclusão de outros assuntos.

§ 4º Ouvidas as representações, a coordenação decide a pauta e convoca a reunião em 5 (cinco) dias.

Art. 6º As reuniões serão realizadas no Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, em Brasília, podendo ser realizadas nos Estados, conforme deliberado na reunião anterior.

Art. 7º As deliberações da SPNMG serão preferencialmente por consenso.

Parágrafo Único. Quando não for alcançado o consenso a deliberação se dará pela maioria dos representantes titulares presentes ou, na sua falta, pelos suplentes.

Art. 8º Compete à SPNMG:

- a) estudar e propor medidas para o controle e a melhoria das condições e ambientes de trabalho do;
- b) incentivar e acompanhar a implementação da NR-22 nas empresas do setor;
- c) incentivar estudos e debates, apresentando subsídios à Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral, visando o aperfeiçoamento permanente da NR 22 no setor;
- d) recomendar à CPNM outros assuntos inerentes à segurança e saúde do trabalhador do setor e encaminhar as propostas acordadas para a apreciação e aprovação na CPNM.
- e) elaborar manuais técnicos de referência para o setor, visando aprimorar a aplicação prática da NR 22 e sugerir ao Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho a edição de Notas Técnicas;
- f) acompanhar as estatísticas de acidentes de trabalho no setor, avaliando as atividades, máquinas equipamentos ou processos com elevado potencial de risco e buscando alternativas para sua redução;
- g) propor, elaborar e implementar campanhas educativas, informativas visando a prevenção de acidentes no setor;
- h) deliberar sobre a criação e acompanhar o funcionamento de grupos de trabalhos especiais;
- i) convocar assessores técnicos sempre que necessário.

Art. 9º Compete ao Coordenador da SPNMG:

- a) convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do referido grupo, assim como participar das mesmas;
- b) elaborar a pauta das reuniões, fazendo constar as sugestões encaminhadas pelos membros da Subcomissão;
- c) indicar secretário ad-hoc para acompanhar as reuniões e elaborar as atas.
- d) comunicar à coordenação da CPNM as deliberações e sugestões da Subcomissão.

Art. 10 São direitos e deveres dos membros da SPNMG:

- a) participar das reuniões do grupo, discutir e deliberar sobre assuntos constantes da pauta;
- b) cumprir e zelar pelos objetivos e atribuições da SPNMG;
- c) participar das atividades da SPNMG, mantendo a Coordenação informada sobre assuntos e ações que possam potencializar seus resultados;
- d) observar as normas deste Regimento Interno e propor alterações do mesmo;
- e) deliberar sobre as justificativas de ausência de seus membros;
- f) zelar pela implantação e divulgação das ações deliberadas pela SPNMG;

Art. 11 A ausência de qualquer membro da SPNMG, não justificada antecipadamente e por escrito à coordenação, por três reuniões sucessivas ou 6 (seis) alternadas em 2 (dois) anos, ensejará a solicitação de sua substituição à Entidade representada.

Art. 12 As representações poderão indicar por escrito ao Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho substitutos aos membros titulares e suplentes.

Art. 13 As despesas de deslocamento, alojamento e alimentação de cada membro ficarão a cargo das Entidades que representam.

Art. 14 A participação dos membros da SPNMG é considerada atividade relevante e não remunerada, conforme disposto no artigo 13, da lei 8.020, de 12 de abril de 1990.

Art. 15 Este regimento interno entra em vigor na data de sua aprovação.